PSD grupo parlamentar

Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores
Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo Regional

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas sobre a situação da população mundial, publicado no final do ano passado, verifica-se que a população portuguesa vai sofrer uma redução na ordem dos 700 mil habitantes, nos próximos 40 anos.

Nesse mesmo relatório, também se refere que o problema da desertificação das regiões do interior de Portugal vai continuar, porque tem como principais causas – a diminuição das taxas de natalidade e a fuga das populações para os grandes centros urbanos.

Este fenómeno também vai atingir a Região Autónoma dos Açores.
Aliás, é um problema que já ocorre há alguns anos, sem que se lhe tenha dado a devida atenção.

Mesmo sendo uma das regiões do país com melhores índices de população jovem, nos Açores há cada vez menos nascimentos.
Em algumas das nossas ilhas mais pequenas o problema agrava-se, porque há muitos jovens que delas saem à procura de melhores condições de vida noutros sítios.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Compete a esta Assembleia, ao Governo e às Autarquias desta Região, tudo fazer para contrariar essa tendência.

Há 15 anos que se assiste à sistemática diminuição da população açoriana.
As estatísticas, que são fundamentais para o planeamento e a adopção de medidas correctivas, não podem ser ignoradas.

Os números são bem elucidativos:
Entre os censos de 1991 e 2001, registou-se, nos Açores, um saldo migratório negativo de 10.240 indivíduos – o que quer dizer que emigraram, saíram destas ilhas, mais de 1000 indivíduos por ano.

Entre 2000 e 2007 houve uma redução de 3 500 indivíduos no grupo etário entre os 0 e 14 anos.
Durante aqueles sete anos, a taxa bruta de natalidade desceu de 13.2 para 11.7.

De 1994 a 2007 assistimos a uma redução drástica no número de alunos matriculados no 1º ciclo das escolas da Região.
Se em 1994 tínhamos 21.260 alunos – em 2007 havia apenas 13.880.
Uma incrível redução de 7.380 alunos.

É muita gente que vai fazer falta ao futuro dos Açores.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados.

Está provado que é uma maior concentração de população que leva ao crescimento das actividades económicas e à criação de emprego.
È a concentração de população que obriga à construção de equipamentos colectivos, a melhores transportes e vias de comunicação.

Por isso, é fundamental adoptar medidas para aumentar as taxas de natalidade e a fixação dos jovens nas suas ilhas de origem.
Se não o fizermos, é inegável que cada vez mais jovens vão continuar a sair dos Açores, ou a sair das ilhas mais pequenas para as de maior dimensão e com mais população.

E essas políticas passam, fundamentalmente:

-Pela atribuição de incentivos ao nascimento de filhos, que não devem depender das condições financeiras dos pais**;**

-Por bons e regulares transportes entre as ilhas e o exterior, transportes aéreos e marítimos de passageiros e de carga, que só com tarifas acessíveis podem dinamizar o turismo e o comércio entre as ilhas;

-E por excepcionais condições de acesso à habitação, sobretudo para os jovens, porque são eles que mais anseiam constituir família, desde que lhes permitam ter emprego e habitação.

É sobre esta matéria, sobre o problema do difícil acesso à habitação por parte dos jovens nos Açores, que vimos aqui hoje alertar os órgãos de governo próprio da nossa região.

É certo que a Região tem disponibilizado significativos apoios à habitação. Apoios, que vão desde a cedência de projectos e de lotes e solos infra - estruturados, até aquisição, construção e recuperação de habitação degradada.

Todavia, nos Açores não existe uma política de apoio à habitação jovem:

- Uma política que proporcione a mobilidade residencial, sobretudo quando se vive num arquipélago;
- Que possa travar a especulação imobiliária;
- Que dê alternativa às dificuldades de acesso ao crédito bancário;
- Que evite o pagamento de elevados encargos financeiros com o processo de avaliação, escrituras, registos e seguros, quando da compra ou construção de casa;
- Que garanta uma significativa diminuição do encargo mensal, quando comparado com o pagamento das prestações da dívida à banca, pela compra ou construção de habitação.

Refiro-me a um programa de apoio ao arrendamento habitacional para residência permanente de jovens e de jovens casais.

Os jovens dos Açores precisam de um programa:

- Que seja melhor do que o IAJ – o programa nacional de Incentivo ao Arrendamento Jovem, que há pouco tempo foi transformado no Porta 65, e,

- Que seja bem melhor do que o **Programa Jovens ao Centro**, aprovado em 2006, pela maioria socialista nesta Assembleia.

O Porta 65 pouco ou nada tem apoiado o arrendamento jovem nos Açores. Tal facto deve-se, tão simplesmente, à falta de publicitação do programa.

Não se conhece um único ponto, uma única loja, onde os jovens se possam dirigir e obter esclarecimentos para apresentação de candidaturas ao Porta 65.

As pouquíssimas candidaturas que existem foram feitas pela Internet e o seu escasso número é de 17, em 8 mil e sessenta e um das candidaturas aprovadas nos últimos quatro períodos de candidatura.

Quanto ao designado Programa Jovens ao Centro, que tem por principal finalidade uma maior concentração de população nas cidades dos Açores, embora o pretenda sob a capa de uma revitalização dos centros históricos, deverá ser revogado.

Deverá ser revogado, não só porque é contrário aos princípios que defendemos para a fixação de jovens e de casais jovens nas ilhas de menor dimensão, mas também porque algumas das suas normas parecem contrariar a Lei do Arrendamento Urbano.

E tanto assim é que, decorridos quase três anos da sua aprovação, ainda não foi objecto de regulamentação.

Os jovens açorianos querem continuar a viver nestas nove ilhas.
Querem constituir família nas nossas comunidades.
Querem dar o seu contributo para o progresso dos Açores.

Mas nada disto é possível criar estavelmente sem um lar que acolha os participantes deste processo de desenvolvimento das nossas comunidades.

Os órgãos de governo próprio dos Açores têm o dever de criar as condições para um acesso mais fácil à habitação, por parte dos jovens açorianos.

Hoje estamos a alertar para este problema.

Aqui estamos amanhã para apoiar ou apresentar iniciativas que vão ao encontro de uma solução para os problemas de acesso à habitação por parte dos jovens açorianos.

Tenho dito.

Cláudio Almeida
Horta, 17 de Fevereiro de 2009